

21/5/98 JT  
13 16A

# Angra: ação tenta barrar obras de hotel

DE ACORDO COM PROCURADOR DA REPÚBLICA, HOTEL DA REDE MAKSOUD, QUE SERIA CONSTRUÍDO NA PRAIA DA GIPÓIA, ESTÁ INVADINDO ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. AINDA ASSIM, IBAMA E FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE LIBERARAM A REALIZAÇÃO DA OBRA

O procurador da República Alex Miranda entrou com uma ação civil pública na 30ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro para impedir a construção de um complexo turístico, da rede Maksoud de hotéis, na Ilha da Gipóia, a segunda maior da Baía da Ilha Grande, em Angra dos Reis. Com vegetação de Mata Atlântica, a ilha é protegida pela legislação federal e pela estadual, segundo o procurador. Apesar disso, o investimento recebeu licença do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) para ser realizado.

O projeto original do grupo prevê a construção do Maksoud Plaza Resort, com um hotel de 360 apartamentos, 100 casas, uma marina e um spa, na Praia do Jurubaíba. Essa praia é chamada de "Praia do Dentista", por ser próxima da casa do dentista Olympio Faissol, que é sócio do grupo Maksoud no empreendimento. Ele ofere-

ceu oito lotes da ilha como área para a construção. Mas o procurador afirma que o dentista não é proprietário de nenhum deles. Em cinco, de acordo com a Delegacia do Patrimônio da União (DPU), seu status é de "ocupante com preferência para uso efetivo do solo". Nos outros três, ele é "posseiro". Miranda informa ainda que, pela lei estadual, a área ocupada pelo dentista foi considerada, em 1994, pela Feema, como Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), onde não são permitidas edificações.

## Tanguá Resort INVESTIGAÇÃO

Além disso, a ilha fica a 1,5 quilômetro das Ilhas Zatin, que fazem parte da Estação Ecológica Tamoios, criada em 1990. Por resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, no perímetro de 10 quilômetros em volta de uma unidade deste tipo, qualquer construção só pode ser autorizada após um estudo de impactos ambientais. De acordo com perícia do Ministério Público Federal, o Ibama liberou a licença para o empreendimento sem dar parecer técnico sobre a questão.

A avaliação do Ibama sobre a ilha, feita em 92, reconhece que a área possui cobertura vegetal de "estado médio e avançado de recuperação", o que impediria o corte e a retirada de madeira para quaisquer fins.

Outra razão para tornar nula a licença do instituto foi o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), pedidos ao grupo Maksoud para avaliar os efeitos ecológicos do investimento. O documento foi assinado pelo engenheiro Armando Bittencourt, funcionário da Hidroservice, empresa do grupo Maksoud. Pela lei, o EIA-RIMA tem de ser feito por estudiosos independentes.

Procurado, Faissol disse que só quem poderia dar informações sobre o caso seria o grupo Maksoud, que preferiu não se pronunciar, porque o investimento ainda está em fase inicial. A Feema e a prefeitura de Angra informaram que só se pronunciarão depois de avisados oficialmente sobre a ação. O Ibama informou que, por falha em seu sistema de informática, só poderia fornecer dados sobre o assunto na sexta-feira.

Miranda também investiga outro empreendimento turístico em Angra, o Tanguá Resort, que será construído pelo grupo Marriot de hotéis. A obra está prevista para uma área de 30 mil metros quadrados já desmatada, ao lado da Praia de Tanguá Pequena, cercada por 1,71 milhão de metros quadrados de mata preservada. O secretário de Desenvolvimento Econômico de Angra, Jesus Ribeiro Júnior informou que o investimento foi autorizado em consulta prévia, mas a prefeitura também vai pedir medidas de compensação.

**Gustavo Alves, do Rio**



Angra dos Reis: construção de hotéis ameaça preservação das últimas reservas de Mata Atlântica